

Uma longa partida de xadrez *Realidade e perspectivas na política militar chinesa**

93

LOTHAR RÜHL

Será que a China também vem crescendo no sentido de tornar-se uma nova superpotência militar, potencialmente ameaçadora? A atual situação armamentista do país não fundamentaria os receios americanos, japoneses ou australianos diante da potência militar chinesa. Pelo contrário: estrategicamente, a China está na defensiva. Como, porém, a situação se desenvolverá a longo prazo? A discussão sobre o suposto crescimento do poderio militar chinês e do seu desenvolvimento subsequente tornou-se um tema estratégico de referência das relações internacionais. É verdade que não se conhecem os efetivos investimentos da República Popular da China em rearmamento e na reconfiguração das estruturas das suas forças armadas, herdadas dos tempos pós-Guerra da Coreia e do Vietnã, e também é difícil avaliá-los. No entanto, principalmente as suposições americanas se baseiam em uma concentração da política de Estado de Pequim nos militares e num objetivo de renovação tecnológica do armamento, principalmente das forças armadas, visando sua utilização estratégica e maior alcance.¹ Nisso extrapolam-se incrementos precedentes em capacidades operacionais e a aplicação de orçamentos em investimentos produtivos na área de armamentos para fundamentar os prognósticos: desta forma, as análises americanas chegam à estimativa de que a China despenderia em armamento aproximadamente o

* Publicado em *Internationale Politik – China, China, China*, DGAP, n. 12, p. 65-71, dez. 2005.

1. Sobre a discussão da situação de segurança e da política da China vide Christensen 2002; Pollack, 2002; Buzan, 2003; Lankowski, 2003; Umbach, 2004; Wang, 2004.

triplo daquilo que o orçamento público informa atualmente e que o ministro da Defesa chinês informou em outubro de 2005.

Presume-se uma contínua expansão das capacidades estratégicas e em geral um fortalecimento operacional das forças militares chinesas, com base em um crescimento real contínuo de capacidades e a otimização da aplicação de recursos. Se isto de fato corresponde à realidade chinesa, é o grande enigma. É incontestável, no entanto, que a expansão econômica da China e sua renovação tecnológica também fortalecerão as forças armadas e criarão novas capacidades militares. Neste sentido também se compreende a preocupação com uma expansão da influência chinesa por meio de cobertura militar e de uma futura penetração no sudeste asiático.

Da mesma forma são compreensíveis as preocupações japonesas e possíveis reações de Tóquio em favor de um rearmamento do Japão. Quanto à expansão dos objetivos de Pequim para além do Mar do Sul da China em direção aos Oceanos Pacífico e Índico, a questão ainda permanece em aberto. Mas é inevitável que os Estados Unidos considerem essa questão com vistas ao esperado crescimento do poderio da China emergente e das conflituosas reivindicações chinesas em relação a Taiwan.²

No verão de 2005, a ministra das Relações Exteriores americana, Condoleezza Rice, focalizou a política e a estratégia dos EUA em relação à China em uma breve frase: seria tarefa dos EUA “defender o Pacífico”. Embora na ocasião ela não mencionasse a China, ficou claro que não se referia nem à Rússia nem à Índia como possíveis agressores ou perigosos perturbadores, mas à potência continental chinesa nos mares costeiros, ou seja, na área costeira do leste da Ásia, com acesso direto ao Pacífico, na imediata vizinhança da Coreia, do Japão e de Taiwan – posições estratégicas do poderio americano no Pacífico. Por ocasião de sua visita a Pequim em meados de outubro de 2005, o ministro da Defesa americano, Donald Rumsfeld, criticou abertamente a política armamentista chinesa e apontou para os riscos de confronto principalmente em torno de Taiwan. Na ocasião, questionou as informações oficiais do governo chinês sobre seu orçamento militar e bélico. Rumsfeld discutiu em Pequim essas questões litigiosas com o ministro da Defesa chinês, General Cao Gangchuan, que afirmou ser exata e completa a informação oficial de 30,2 bilhões de dólares.³

2. Ibidem

3. Cf. Rumsfeld urges Chinese openness, *International Herald Tribune (IHT)*, 20.10.2005; David Shambaugh. Rumsfeld ventures into the Middle Kingdom, *IHT*, 18.10.2005; Thom Shanker. Rumsfeld talks security with Chinese officers, *IHT*, 21.10.2005.

I. A ATUAL SITUAÇÃO ARMAMENTISTA DA CHINA

O fato é que, para poder constituir um desafio estratégico, a China precisaria hoje mobilizar primeiro um poderio naval, com uma frota de alto mar com capacidade agressiva, amplamente móvel, operacionalmente flexível, ou seja, prontamente adaptável a situações em rápida mudança e estável sob pressão inimiga, inclusive com apoio terrestre. Disto, porém, a China ainda está muito distante.

Poderio naval também significa poderio aéreo sobre o mar, independente da terra. Também esta terceira dimensão a China ainda não implementou para além do litoral: sem vários porta-aviões com seus navios de escolta e uma potente logística no litoral em bases protegidas, sem forças armadas submarinas capazes de operações agressivas com submarinos de porte médio e grande com capacidade de lançar com precisão mísseis de posições submersas, a China como potência terrestre não poderá ameaçar o domínio da frota americana e japonesa sequer sobre os mares costeiros, quanto menos o Pacífico Ocidental ou os acessos ao sudeste asiático, visando à penetração no Oceano Índico.

Mesmo que aumentasse consideravelmente o número dos 69 submarinos, dos cerca de 20 destróieres e das aproximadamente 40 fragatas com as mais modernas embarcações e sistemas de armamento, a nova potência naval chinesa de longe ainda não seria páreo para a americana, porque não disporia de escudo aéreo nem de bases para além da costa chinesa.

O primeiro sinal efetivo de ambições navais chinesas mais extensas seria por isso a construção de grandes porta-aviões e de aviões de combate naval adequados. A característica necessária de uma capacidade ofensiva estratégica em todas as direções, que também pode ser a característica da capacidade dissuasória como respaldo da sua própria defesa estratégica, seria a criação de um poderio bélico à base de mísseis intercontinentais em conexão com reconhecimento global por satélite e defesa antiaérea.

Até o momento, a China possui cerca de 30 mísseis intercontinentais para ogivas nucleares, 110 mísseis de médio alcance para ogivas nucleares e convencionais e cerca de 450 a 500 mísseis de curto alcance que, a partir de sua localização próxima ao litoral defronte à ilha, têm alcance até Taiwan. Ali as posições dos mísseis são particularmente vulneráveis a partir do mar e do ar. A força aérea chinesa possui cerca de 1.000 caças e 700 caças-bombardeiros de diversos tipos, mas a marinha só tem aproximadamente 20 aviões de combate baseados em terra. Para um controle tático do espaço aéreo limitado

ao litoral, isto pode ser suficiente, mas não para repelir operações navais ofensivas e desembarques para além da área litorânea.⁴

Por isso, nem a situação armamentista chinesa atual, nem a perspectiva dos próximos cinco a dez anos podem justificar os temores americanos, japoneses ou australianos em relação à China como potência bélica. Trata-se antes de uma previsão a prazo mais longo, para além da próxima década de 2010 a 2020.

2. PODE-SE EXIGIR QUE A CHINA LIMITE SEU ARMAMENTO?

Por que a China, um grande país com um extenso litoral, concentração populacional próxima ao litoral e uma infra-estrutura industrial em crescentes regiões metropolitanas, bem como de comércio exterior via portos marítimos e crescente dependência econômica de importações de energia e exportação de mercadorias, não haveria de se expandir militarmente para o mar aberto, montando uma capacidade nuclear dissuasória plausível com mísseis modernos, reconhecimento por satélites e uma defesa aérea eficiente na área litorânea? Por que, portanto, a China deveria ser obrigada a reduzir seu armamento?

Esta questão já foi levantada nas discussões americanas. “Por que não seria natural para uma nação continental como a China possuir o pleno espectro de capacidade militar, por que a marinha chinesa não deveria ter a capacidade de patrulhar a periferia (da China) numa faixa de pelo menos algumas centenas de milhas marítimas e de proteger as ligações marítimas fora da Ásia a fim de assegurar o comércio marítimo e o suprimento de energia?” perguntou no outono de 2005 o diretor do programa de política chinesa da Universidade George Washington, David Shambaugh.⁵

Para responder corretamente a essa questão geopolítica, devem-se levar em conta quatro fatores, que também podem ser formulados como perguntas:

4. Todas as cifras foram extraídas de: *The Military Balance 2003–2004*, London IISS, p. 152-155.
5. Artigo assinado na IHT, 18.10.2005; cf. também David Shambaugh. China's military views the world ambivalent security, *International Security*, n. 3, inverno 1999/2000, p. 52-79.

1. Que legítimos interesses de segurança teria a China para além dos mares costeiros diante do seu litoral defronte ao Japão, à Coréia, a Taiwan e ao Vietnã?
2. De que meios militares navais necessita a China para assegurar um acesso desimpedido em tempos de crise ao Golfo Pérsico para o transporte de petróleo através das ilhas e penínsulas do sudeste asiático, a fim de, se necessário, forçá-lo pelo poder das armas?
3. Que interesses de segurança reais e legítimos o Japão precisará preservar em relação à China, com que recursos militares nos mares costeiros e como será possível defender a Coréia?
4. Que legítimos interesses de segurança nacionais e internacionais têm os Estados Unidos a defender no Pacífico Ocidental, no sudeste da Ásia e nos mares costeiros fronteiros ao litoral chinês?

3. OS LEGÍTIMOS INTERESSES DE SEGURANÇA DA CHINA PARA ALÉM DOS MARES COSTEIROS

Mesmo sendo uma potência continental, a China, como qualquer outro país, precisa poder exercer o controle militar estratégico e operacional sobre sua periferia, mesmo aquela adjacente aos seus mares costeiros. A história da China desde o século XVII ensina que, sem tal controle, interesses e influências estrangeiros se instalarão na própria China, disseminando-se e podendo finalmente destruir a soberania, a integridade territorial e a unidade desse grande país. Independentemente das atuais condições e circunstâncias, a longo prazo a China precisa contar com o retorno de ambições políticas comerciais por parte de potências estrangeiras com o fim de dominar o grande mercado chinês, tal como se deu há cem anos com o imperialismo comercial das potências européias, do qual também os Estados Unidos e o Japão participaram. Mesmo intervenções militares para apoiar tais objetivos econômicos não podem ser excluídas no futuro diante de um novo enfraquecimento ou paralisia da China. Por isso, o domínio das áreas adjacentes é uma necessidade estratégica imperiosa, na verdade uma condição básica para a independência política e a influência internacional da China. Certamente continuaria a ser assim mesmo se Taiwan voltasse ao controle de Pequim ou se, pelo contrário, a China reconhecesse a independência de Taiwan. Na perspectiva geopolítica-estratégica, o conflito taiwanês, visto em Pequim como questão-chave central da soberania e integridade territorial chinesa, mas também a longo prazo da

própria segurança da China,⁶ não pode ser reduzido a tendências agressivas de Pequim. Esse conflito tem uma dimensão estratégica no Pacífico Ocidental e na periferia do sudeste asiático. Esta é também a visão da perspectiva em Hanói, Cingapura, Jacarta e Bancoc e, evidentemente, também em Washington. Nessa dimensão de espaço e tempo trata-se da expansão ou limitação dos interesses marítimos chineses e americanos, mas também do Japão e da Austrália como aliados dos Estados Unidos, com necessidades próprias de segurança diante da expansão do poderio chinês. Isto se refere ao comércio marítimo e também à navegação de alto mar, bem como à presença da frota no mar.

Para além da periferia, a importância mundial da China, assim como de qualquer outro grande país, repousará sobre a base da sua própria capacidade naval e de outras capacidades estratégicas de imposição de poderio. Esta não precisaria dirigir-se nem contra o Japão nem contra a Rússia no Extremo Oriente, e muito menos contra a longínqua América. Mas ela também não franqueará o Pacífico Ocidental e o acesso ao Oceano Índico aos Estados Unidos como potência externa hegemônica, mesmo se não amadurecerem ambições próprias de hegemonia naval naquela região que desemboquem em confrontos militares. As tendências estratégicas naturais não podem ser suprimidas; somente limitadas, controladas e dirigidas politicamente.

As preocupações expressas em Pequim desde 2002 diante da estratégia nacional de segurança americana a respeito de possíveis intenções intervencionistas e atividades militares dos EUA ao longo da periferia da China têm como consequência política a suposição de uma nascente rivalidade prolongada entre as duas potências não só defronte ao litoral dos mares costeiros do leste da Ásia, mas também no Pacífico Ocidental.⁷ Sob essas premissas, a China deveria armar-se para confrontações limitadas com os EUA nessa região. Nesse contexto, Taiwan aparece não apenas como possível causa política, mas também como pivô e âncora políticos. Tais preparativos requereriam um esforço nacional: para se armar, porém, a China necessita de tecnologia pós-moderna especialmente nas áreas citadas acima – para os meios de reconhecimento, informação e comunicação estratégi-

6. Cf. Yunxia Cao e Dingli Shen: Die militärische Entwicklung Chinas und seine Position zur Abrüstung, *WeltTrends*, n. 26, primavera de 2000, p. 59 ss; cf. também Maximilian Mayer. Conflicts, cooperation and decision making in China's Foreign Policy, *Trends East Asia (TEA)*, Estudo n.º 2, janeiro de 2004.

7. Pollack (Obs. 1).

cos e operacionais, nas tecnologias de determinação de alvos e de comando de armas de precisão para alvos móveis, com alto efeito da munição sobre o alvo. Resulta disso o premente interesse chinês em tecnologia avançada da Europa e da Rússia. Manobras de forças armadas sino-russas servirão a esse objetivo da mesma forma que para impressionar os Estados Unidos e o Japão, mas também têm o objetivo de garantir a retaguarda chinesa em terra e de representar um contrapeso para a ampla supremacia da potência mundial EUA, mesmo que tal peso não possa ser efetivamente posto na balança. No entanto, isso de modo algum precisa ser classificado como preparativo bélico ou estratégia ofensiva de confrontação: a China está estrategicamente na defensiva.

4. DE QUE MEIOS MILITARES NAVAIS A CHINA PRECISA?

A mobilização de até 500 lança-mísseis em posição defronte a Taiwan e os aviões de combate em terra firme, com alcance operacional até a ilha, constituem um potencial operacional de agressão que, porém, não poderia ser utilizado de forma independente de armas estratégicas ou para fins políticos: a predominância de escalação regional com armas convencionais e nucleares está nas mãos dos EUA como potência naval com bases avançadas. Nessa estrutura de conflito assimétrica e posição geográfica, a China não dispõe até agora de recursos bélicos compensatórios, especialmente não de forças convencionais anfíbias e de tropas de desembarque pelo ar, para talvez realizar com sucesso uma invasão de Taiwan por mar e pelo ar. Os mísseis podem ameaçar e destruir, mas não conquistar e ocupar.

Uma blindagem de Taiwan pela 7ª frota dos EUA e a força aérea baseada em Okinawa e Guam não poderá ser nem dissuadida nem rompida. Por isso, os 450 a 500 lança-mísseis de curto alcance defronte a Taiwan constituem principalmente um potencial ameaçador demonstrativo. Não se trata de verdadeiras armas estratégicas, ainda que tivessem ogivas nucleares, porque não poderiam atingir os EUA, seu adversário estratégico numa guerra, embora possam arrastar os EUA para uma guerra com a China por motivo de Taiwan, independentemente dos propósitos políticos de Pequim. Por isso, esses mísseis de curto alcance são para a China uma opção de agressão e ameaça militar contra Taiwan altamente arriscada.

Contra o Japão, a China não tem opções militares. Uma guerra substituída na Coreia não será considerada em Pequim, até porque esta não teria maiores chances contra os EUA que aquela em 1950/1952.

Será, porém, interessante observar se a China criará para si algum corpo naval com competência para o alto-mar e meios de desembarque anfíbios para além da capacidade atual correspondente aproximadamente a uma divisão de infantaria. Todas as capacidades navais ofensivas maiores do que essas presumem porta-aviões, porta-helicópteros, cruzadores antiaéreos e um número considerável de modernos destróieres de alto-mar e fragatas polivalentes, além de forças de combate anfíbias e submarinos.

5. INTERESSES DE SEGURANÇA EM RELAÇÃO À CHINA

Essas necessidades chinesas com vistas a uma estratégia militar de amplo alcance refletem os interesses japoneses por uma defesa estratégica avançada frente à China:

- defesa antiaérea e antimísseis em terra e nos mares costeiros;
- submarinos de ataque, porta-helicópteros, cruzadores e destróieres porta-mísseis;
- um reconhecimento estratégico-operacional de grande capacidade, com alcance para além dos mares costeiros limítrofes;
- uma firme aliança política com os EUA como potência protetora e capacidade nuclear limiar para a criação de armas nucleares em caso de necessidade.

Resumem-se assim as reais necessidades militares de segurança dos EUA em relação à China em caso de maior armamento chinês de orientação naval:

- predominância estratégico-operacional para o caso de escalção de crises e conflitos por meio de grupos de porta-aviões, cruzadores porta-mísseis e submarinos com mísseis de médio alcance (500 a 2000 milhas marítimas) dirigidos a alvos marítimos ou terrestres com armamento convencional e nuclear;
- sistemas estratégicos de armamento na retaguarda para complementação e dissuasão;
- disponibilidade das bases americanas no Pacífico Ocidental;
- reservas para a frota do Pacífico em confrontações demoradas em torno de Taiwan ou do Japão;
- uma política inequívoca e expressa de defesa de Taiwan, do Japão, da Coréia do Sul e dos acessos aos oceanos Pacífico e Índico em caso de conflito.

A advertência de Rumsfeld aos militares chineses contra um armamento arriscado com mísseis de longo alcance que possam ameaçar os Estados Unidos refere-se à predominância dos Estados Unidos em caso de escalação de qualquer conflito na área do Pacífico ou do Extremo Oriente, que representa para a América o respaldo de estabilidade estratégica em relação à China.

Assim, forma-se um mosaico das peças estratégicas militares e econômicas para apresentar uma imagem ambivalente de estabilidade regional de curto e médio prazos e, portanto, uma relativa segurança contra crises, diante da sombra de uma confrontação político-estratégica entre EUA/Japão e China pairando sobre o horizonte de 2015/2020. Esta perspectiva admite uma ampla margem de negociações para entendimentos sobre compensações de interesses – um controle cooperativo de armamentos e respeito mútuo pelas necessidades essenciais de segurança, incluindo os aliados e clientes de proteção dos Estados Unidos. No entanto, tal situação sempre será ambivalente. Os riscos estão presentes de forma latente e súbitas crises de tensão nunca podem ser excluídas por tempo prolongado. Com isso permanecerá de ambos os lados a política antagonista de controle dessa situação por trás do leque da diplomacia, na forma de uma longa partida de xadrez de espregueada mútua e fintas no campo avançado visando vantagens marginais, sem tocar no cerne desse confronto geopolítico-estratégico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUZAN, Barry. Security architecture in Asia, the interplay of regional and global levels. *The Pacific Review*, n. 2, p. 143-173, 2003.
- CHRISTENSEN, Thomas J. The contemporary security dilemma, deterring a Taiwan conflict. *The Washington Quarterly*, p. 7-21, outono de 2002.
- IISS. *The Military Balance 2003–2004*, London IISS, p. 152-155.
- LANKOWSKI, Michael. America's Asian alliances in a changing world. *Australian Journal of International Affairs*, n. 1, p. 113-124, 2003.
- MAYER, Maximilian. Conflicts, cooperation and decision making in China's Foreign Policy. *Trends East Asia (TEA)*, Estudo n. 2, jan. 2004.
- POLLACK, Jonathan D. Chinese security in the post-11 september world, implications for Asia and the Pacific. *Asia Pacific Review*, n. 2, p. 12-19, 2002.
- RUMSFELD urges Chinese openness. *International Herald Tribune (IHT)*. 20.10.2005.
- SHAMBAUGH, David. China's military views the world ambivalent security. *International Security*, n. 3, p. 52-79, inverno de 1999/2000.

- SHAMBAUGH, David. Rumsfeld ventures into the Middle Kingdom. *IHT*, 18.10.2005.
- SHANKER, Thom. Rumsfeld talks security with Chinese officers. *IHT*, 21.10.2005.
- UMBACH, Frank. Aufrüstung und neue Sicherheitskooperationen in Asien-Pazifik. *Internationale Politik (IP)*, p. 65-72, set. 2004.
- WANG Jisi. Machtfaktor China. Die strategischen Ziele der Volksrepublik. *Asien, IP*, p. 59-66, jan. 2004.
- YUNXIA Cao, DINGLI Shen. Die militärische Entwicklung Chinas und seine Position zur Abrüstung. *WeltTrends*, n. 26, p. 59ss, primavera de 2000.

LOTHAR RÜHL é professor de Ciência Política na Universidade de Colônia. De 1982 a 1989 foi secretário de estado de carreira no Ministério da Defesa alemão. Sua publicação mais recente é *Das Reich des Guten: Machtpolitik und globale Strategie Amerikas (O império do bem: política de poderio e estratégia global dos Estados Unidos)*, Klett-Cotta Verlag Stuttgart, 2005.